

## Teoria dos sistemas, teoria evolucionista e teoria da comunicação

!

Os grandes saltos científicos têm origens iminentes e externas. Os avanços na teoria são causados pelos problemas, concepções e premissas contestáveis de teorias preexistentes bem como por encontros suplementares com a realidade. Isto é universalmente verdadeiro. No caso especial da teoria social, o objecto sob investigação é um sistema envolvente, sujeito a desenvolvimentos e evoluções posteriores. Como resultado, o crescimento do conhecimento nesta área é ainda mais complexo. Mesmo a dependência dupla das teorias sociais de si próprias e do seu objecto está a mudar permanentemente. As modificações na relação entre transformações na sociedade e transformações na teoria social podem ser estudadas. Na verdade, tais modificações *devem* ser estudadas sempre que a universalidade ou os alicerces da teoria social são questionados. Isto significa que a teoria da socieda-

de, se quer considerar a evolução social, deve ser reflexiva, quer dizer, deve também reflectir sobre a sua própria emergência histórica e estatuto teórico.

As teorias dialécticas não têm o monopólio de auto-reflexividade. Significativamente, a «dialéctica» surgiu em conexão com um problema filosófico técnico relativo à simultânea «identidade e não-identidade» do conhecimento e seu objecto — ou, formulando a questão historicamente, em ligação com a necessidade de uma coisa-em-si que não é possível conhecer. A ideia fundamentalista, muito celebrada, da negação auto-referente foi articulada nesta base. É claro que nós não podemos discutir aqui esta difícil questão.

*24/100*  
Seja como for, admito que a «dialéctica» produziu a primeira teoria reflexiva. O que me perturba em relação às teorias dialécticas hoje, contudo, é a sua habitual estreiteza, a complexidade insuficiente e indefinida e a sua fixação precipitada num pequeno número de pontos de vista a partir dos quais os «dialecticistas» dão a entender que obtêm resultados unívocos aplicando a negação. Quer o leitor partilhe ou não o meu mal-estar, será provavelmente tentado a procurar alternativas.

*m*  
*2*  
*2*  
*CD*  
Os factores externos ou «exógenos» acima mencionados levam à mesma conclusão. A sociedade burguesa estudada pelos teóricos clássicos (como Comenius, Hobbes, Kant, Marx ou Kelsen) sofreu uma série de evidentes transformações. Por exemplo, a «era europeia» de uma sociedade bur-

guesa em expansão global chegou ao fim. Somos confrontados com as suas consequências históricas, com as condições sociais que criou e nos legou. E com a escolha de instituições favoráveis ou não à mudança que contribuíram para o surgimento da sociedade mundial de hoje. É este o caso da política e da economia, do direito e da educação bem como da ciência. Como é que se pode tornar esta permanência ou mutabilidade teoricamente inteligíveis (para não avançar proposições pretensivas sobre prognóstico ou planeamento)?

Vistos por uma perspectiva histórica e comparativa, os teóricos clássicos da sociedade burguesa parecem ter sido fascinados pela autonomia funcional inabitual que possuíam os vários sectores, esferas, ou subsistemas da sociedade moderna. Cada um destes teóricos, na realidade, estudava normalmente a sociedade a partir de um ponto de vista específico. Como exemplo, podemos apontar novamente Comenius na educação, Hobbes na política, Kant na teoria do conhecimento, Marx na economia, e Kelsen no direito. Hoje, pelo contrário, preferiríamos um aparelho teórico que nos pudesse ajudar a manter tais perspectivas limitadas e «primazias funcionais» sob controlo e pudesse garantir que elas são vistas como relativas e parciais. Na verdade, uma das nossas questões mais prementes é esta: deveremos continuar a arriscada autonomia ou auto-regulação dos subsistemas sociais?

} onde  
sobre  
subsistemas  
sociais

O quadro teórico que procuramos, creio, pode ser traçado a partir de teorias prévias, teorias que *não* foram tacanhamente coladas a uma única área social como a política ou a economia. De qualquer modo, as teorias em que estou a pensar fornecem um alicerce suficiente sobre o qual se pode construir. Devemos, evidentemente, reformular problemas e consolidar pontos de vista incongruentes numa nova forma. Com base nalgumas «jogadas», estrategicamente pensadas, depressa chegamos a novas constelações teóricas que escapam já, pelo seu alcance, a um estudo rápido.

Tentarei agora explicar por que razão vou ter em consideração três domínios teóricos que são normalmente tratados separadamente. Tentarei também caracterizar o tipo novo (ou composto) de teoria social que aqui emerge com base nalgumas experiências de trabalho e conjecturas. As três abordagens que tenho em mente são a teoria dos sistemas, a teoria evolucionista e a teoria da comunicação.

- WIP

Antes



Agora



## II

(1) A teoria tradicional concebia os sistemas complexos como «todos» constituídos por «partes». A ideia base era a de que a *ordem* do todo explica qualidades que as partes isoladas nunca poderiam possuir por si próprias. A teoria dos sistemas recente, tal como a vejo, abandonou a sua perspectiva tradicional introduzindo uma referência explícita ao ambiente. A noção de ambiente não implica somente que algo mais existe fora do sistema em estudo. Não se trata de distinguir entre «aqui» e «em qualquer outro sítio». A nova tese, em vez disso, propõe o seguinte: as estruturas e processos de um sistema só são possíveis em relação a um ambiente, e só podem ser entendidas se estudadas nesta relação. Assim é, pois só por referência a um ambiente é possível distinguir (num sistema dado) algumas funções como um elemento e outras funções como uma relação entre elementos. Exageran-

TM

Re

And

Non  
es.  
so.  
di  
um

do um pouco, podemos até dizer que um sistema é a sua relação com o seu ambiente, ou que é a diferença entre sistema e ambiente.

Estas formulações tornam claro que os sistemas são objectos que geram e regulam relações auto-implicativas. Georg Simmel, na sua *Dissertação sobre o Problema: como é a Sociedade Possível?* (1971, pp. 6-22), afirmava que era relevante para a teoria do conhecimento que a sociedade (em contraste com a natureza como Newton e Kant a concebiam) é um objecto capaz e próprio de produzir relações. O conceito de Marx de «forma» tem a mesma implicação. Consequentemente, as relações não podem ser entendidas automaticamente como aquisições do sujeito de conhecimento ou como condições para a possibilidade de conhecimento. O mesmo é verdadeiro para as relações auto-referenciais. A sociologia, por outras palavras, enfrenta relações auto-reflexivas dentro do seu objecto-domínio e não só no seu próprio pensamento. Uma boa teoria social deve portanto ser capaz de mostrar e lutar contra as estruturas auto-referentes do seu objecto (Hejl 1974). Como teoria, não deve esquecer que as suas afirmações sobre estruturas de sistemas ou processos de sistemas devem sempre referir-se à diferença entre um sistema e o seu ambiente. Esta diferença, por sua vez, não pode ser concebida separadamente das estruturas que dotam um sistema de autonomia estrutural. O progresso de uma teoria dos sistemas tradicional

A  
Simmel  
Marx

[

para uma moderna (isto é, a crítica da velha ideia de um todo auto-suficiente que confere «perfeição» às suas partes) depende precisamente do desenvolvimento de conceitos auto-referentes.

(2) O mesmo se pode dizer sobre a segunda área de pesquisa: a teoria da evolução.

No século XIX, apesar de Darwin, a evolução era concebida tipicamente como um processo macro-histórico e causal, semelhante a uma lei. Esta concepção não sobreviveu à crítica e foi gradualmente despida de todas as suas características iniciais. Foram repudiadas as ideias de necessidade e unilinearidade do processo, a ideia da sua continuidade e irreversibilidade, e, finalmente, toda a caracterização do processo como movimento do simples para o complexo (que pressupõe um começo do nada e um fim). Acontece que a evolução não é de forma alguma um «processo». Daí que os sociólogos actuais devam rever completamente o conceito, seguindo as indicações de Darwin.

A teoria de Darwin, em primeiro lugar, descreve várias funções evolutivas: variação, selecção, e a retenção ou estabilização de características hereditárias específicas de cada espécie. Estas funções são executadas por vários mecanismos. A evolução pode então ser redefinida passando a significar toda a transformação estrutural que resulta da diferenciação e colaboração destes mecanismos. Quer a evolução seja ou não um «movimento» histórico ou

«processo», ela pode ser caracterizada por referência à forma como ela se produz a si mesma.

Aqui encontramos novamente o problema da auto-implicação. As teorias antigas relegavam a auto-implicação do processo histórico para o seu início (isto é o que encontramos, por exemplo, na doutrina as «forças seminais» ou na doutrina da Criação) e portanto comprometiam-se com a história (Meyer 1914; Jacob 1970). Da mesma forma, na teoria europeia tradicional da aprendizagem, o conceito de experiência (*empeiria*) pressupunha a ideia de «já ter aprendido» como uma condição para a possibilidade de aprendizagem (Buck 1969).

A teoria evolucionista recente somente dá ao velho problema da auto-implicação uma nova forma.

Explica a evolução através do facto de que os mecanismos para a variação, para a selecção de soluções úteis e para a estabilização são diferenciados e distribuídos por subsistemas diferentes. E, por outro lado, o facto de que isto é possível é explicado pela evolução, ou seja, pelas primeiras fases da evolução.

A teoria recente da evolução social, por outras palavras, é uma teoria auto-referencial não só nas suas propostas sobre as «origens» mas também no quadro conceptual geral. É uma teoria sobre a evolução da evolução.

(3) Finalmente, pode-se fazer uma asserção perfeitamente paralela sobre o terceiro domínio de pesquisa: a teoria da comunicação. Como é sabido, possuímos não só a capacidade de falar, mas tam-

bém a capacidade de falar sobre a própria linguagem. Com a ajuda da linguagem, por outras palavras, podemos comunicar sobre comunicação (v. Frey 1965; Garfinkel e Sacks 1970; e Habermas 1971b). Esta é uma característica incontestável da comunicação linguística. Podemos ir além desta afirmação banal questionando as vantagens ou funções de tal reflexividade. Parece ser vantajoso, realmente, porque a comunicação pressupõe sempre uma situação de dupla contingência». <sup>1</sup> Através dos processos comunicativos vulgares, as opções de um indivíduo são transmitidas a outro. Quando entendidas, estas opções podem ser aceites ou rejeitadas. E só por isto (e porque todos os parceiros comunicantes estão conscientes disto e podem comunicar sobre o mesmo) que os interlocutores também podem, e devem ser capazes, de comunicar sobre comunicação quando se torna necessário.

Por outras palavras, aqui também uma teoria adequada ao sentido e estrutura do comportamento comunicativo deve incorporar conceitos auto-referenciais. Além do mais, tal como na teoria dos sistemas e na teoria evolucionista, não se trata aqui de um facto entre outros de um assunto opcional que poderia ser facilmente ignorado. Não estamos preocupados com a relação de um sistema com o seu ambiente a par de numerosas outras estruturas e processos. Nem estamos interessados somente no começo da evolução, nem numa forma excêntrica de falar. Em todos estes casos, estamos interessa-

o  
e  
d

dos no princípio subjacente segundo o qual o assunto é constituído.

### III

Um facto de complicação foi agora introduzido em cada um dos três principais domínios da teoria social clássica. Por conseguinte, as teorias tomaram-se auto-referenciais nos seus próprios fundamentos. Não posso aqui discutir o que isto poderia lógica ou metodologicamente significar. Em caso algum, estas teorias, quando fundamentalmente reestruturadas em relação a si próprias, atingem uma maior independência umas das outras. Parsons tentou definir a evolução exclusivamente nos seus próprios termos «estruturo-funcionais» (isto é, com conceitos com o diferenciação, integração e adaptação ou capacidade adaptativa).<sup>2</sup> Isto já não é possível. Tal como a independência entre as teorias, também as possibilidades de ganhos combinatórios aumentam. Na verdade, podemos até esperar um importante avanço na compreensão se conseguir-

→ A quem  
de Parsons  
no meu  
possi

mos recombinar estes domínios teóricos «autónomos» numa nova forma.

- × Qualquer teoria em que a auto-referência desempenha um papel de alicerce tem este problema: não se pode tornar precisa ou inequívoca só por meios lógicos ou empíricos. Por exemplo, já não se pode dissolver inconsistências entre proposições que são teoricamente possíveis, com base no próprio objecto, referindo características fixadas objectivamente. Este foi, acidentalmente, o problema epistemológico a partir do qual a teoria dialéctica se iniciou (Hartmann 1973). Todavia, pode-se alcançar maior exactidão se se introduzir relações mutuamente *limitadoras entre* os domínios teóricos singulares, isto é, promovendo trocas numa base de cooperação entre abordagens teóricas auto-referenciais. Isto acontece na medida em que cada teoria singular consegue limitar a possibilidade de fazer afirmações nas outras teorias. Um bom exemplo é a forma como as análises na teoria da evolução estão entrelaçadas com perspectivas retiradas da teoria dos sistemas ou da teoria da comunicação ao passo que as últimas têm que aplicar premissas extraídas da teoria evolucionista sempre que restrinjam a validade das suas generalizações a estádios específicos do desenvolvimento social.

Este estilo de teorização combinatório ou de composição tem, conseqüentemente, o mesmo «problema de referência» que o pensamento dialéctico, quer dizer o problema da limitação do emprego da

negação por causa da determinação recíproca. Mas trata este problema duma forma diferente. Por conseguinte, a teoria do conhecimento e a pesquisa empírica convergem. As questões decisivas tornam-se agora estas: Como é que estas várias teorias se relacionam umas com as outras? O que é que as unifica? Como deve ser construída uma teoria que as integre?

Se atirmos simultaneamente três pedras a uma fonte, depressa aparecerá um emaranhado de relações incalculável à medida que as pequenas ondas se intersectam. No caso da teoria social, tais intersecções e sobreposições são inevitáveis. Seja qual for o nível de abstracção na sua formulação quer uma teoria geral dos sistemas, como uma teoria geral da evolução e uma teoria geral da comunicação são necessárias como componentes teóricos para a teoria especificamente sociológica da sociedade. São também mutuamente interdependentes. A este nível, conseqüentemente (e é assim, sempre que está envolvida interdependência essencial), não faz sentido perguntar se uma das três teorias é «mais fundamental» que as outras. Não há nada a ganhar recorrendo a hierarquias ou ao famoso jogo das dicotomias: Estabilidade ou mudança? Estrutura ou processo? Consenso ou conflito? Uma presuppõe a outra: uma teoria do conflito deve também fornecer uma teoria do consenso, uma teoria de processos deve também explicar estruturas, e assim por diante.

Questões

As  
Teorias  
são  
interdependentes  
↓  
elas se  
intersectam

Os *puzzles* dos tipos direita/esquerda e acima/abaixo são provavelmente bem aceites entre os sociólogos porque são extraordinariamente simples. A teoria tripartida da sociedade esquematizada, contudo, requer análises muito mais complexas: não uma simples técnica de contraste mas, em vez disso, um procedimento combinatório. A partir daqui quero relatar algumas das minhas experiências com tal projecto e as várias dificuldades: Para ser breve, vou fazê-lo referindo exemplos.

- × (1) O meu primeiro exemplo diz respeito ao problema da diferenciação social. De acordo com a teoria clássica, a evolução da sociedade envolve uma diferenciação crescente do sistema societal. A diferenciação costumava ser concebida com base no modelo da divisão do trabalho desenvolvido nos séculos XVIII e XIX. Os embaraços a que este modelo conduz são suficientemente conhecidos para o ter desacreditado. Vou restringir-me aqui a três problemas: (a) Uma vez que há óbvios limites à minúcia de qualquer divisão do trabalho, este modelo clássico tinha que postular um *terminus*, ou um *ne plus ultra* de evolução social; e este fim parece ter sido já alcançado na nossa chamada sociedade pós-industrial. b) Julgava-se que um contrapeso ou compensação para a diferenciação podia facilmente ser fornecido pela «integração» e por um aumento na maior parte das crenças partilhadas (tal como a «coordenação» compensada pela divisão do trabalho). Esta suposição optimista,

contudo, subestimou a pleora ou efeitos laterais importunos que acompanham a diferenciação extrema. E (c) o modelo clássico não era capaz de lidar adequadamente nem com problemas nem com os factos de estratificação social. Este último defeito levou a que fosse apelidado de ideologia política de classe dominante. Estas dificuldades são, desde há muito, do conhecimento geral. A primeira solução que se tentou foi uma generalização do conceito de divisão de trabalho: os teorizadores sociais falavam em termos altamente abstractos sobre «diferenciação estrutural». Este conceito alargado, contudo, cobria demasiado e explicava pouco. Sobretudo, não podia ser bem combinado com outras análises na teoria da evolução, uma vez que a evolução, como é bastante óbvio, não só diferencia estruturas mas também os generaliza e simplifica.

Se reconstruirmos esta interconexão entre a evolução e a diferenciação societal do ponto de vista da teoria dos sistemas, ela torna-se imediatamente mais complexa. A diferenciação de sistemas, de facto, diz respeito não apenas aos próprios sistemas mas também ao seu ambiente, bem como às relações entre sistemas e ambiente. A diferenciação crescente, como resultado, produz diferentes tipos de unidades, e (para cada unidade) um agregado ambiental diferente numa sociedade multipolar ou partilhada. Finalmente, surgem técnicas diferentes correspondentes para lidar com esta diferença entre sistemas e ambientes. Reduzindo esta

questão a uma fórmula que ressalta a estrutura auto-referencial do debate: as várias diferenças entre sistemas e ambientes são, elas próprias, diferenciadas umas das outras.

Uma teoria deste tipo «relacional» é muito complicada e difícil de definir comparada com as teorias clássicas da divisão do trabalho. Mas tem uma capacidade muito maior de gerar novos desenvolvimentos teóricos. Nesta base, por exemplo, podemos distinguir imediatamente três tipos de diferenciação na sociedade: a) *diferenciação segmentária* na base de uma igualdade entre sistemas e ambientes; b) *estratificação* na base da igualdade dentro de cada sistema (classe ou estrato) e desigualdade entre os sistemas e os seus ambientes; c) *diferenciação funcional* na base de uma igualdade funcional dentro dos sistemas e uma desigualdade funcional entre os sistemas e os seus ambientes.

Estes três princípios de diferenciação podem ser combinados de muitas formas diferentes (mas não ao acaso). A complexidade da sociedade depende de qual seja o princípio de diferenciação primário. Esta opção determina os tipos de relação sistema/ambiente que se desenvolvem na sociedade. Em geral, dizemos que as «sociedades arcaicas» são primariamente diferenciadas de forma segmentária, que as «altas culturas» são primariamente diferenciadas de acordo com os estratos ou classes sociais, e que a «sociedade moderna» (em contraste) é primariamente diferenciada segundo linhas

funcionais. Este último princípio permite a maior complexidade do sistema, porque num nível secundário de diferenciação ele incorpora também a estratificação e a segmentação. O que caracterizou toda a evolução social prévia, por outras palavras, não foi simplesmente uma diferenciação crescente, mas uma mudança no princípio primário de diferenciação. As antigas formas de diferenciação tornam-se secundárias quando surge um princípio de diferenciação mais rico e exigente.

Pode ser de especial interesse explorar as consequências desta abordagem teórica para uma compreensão da estratificação social. Quero ressaltar (de uma forma que irritará muitos sociólogos) que também a estratificação nos expõe um caso de *formação de sistema na base da igualdade*. A estratificação permite e facilita a comunicação entre iguais durante uma fase de desenvolvimento social dominada pela desigualdade. Consequentemente, ocorre mais comunicação do que o que se poderia esperar se não houvesse estratificação. A estratificação é «igualdade forçada na desigualdade», isto é, igualdade ligada a classe ou estrato. Desta forma, a desigualdade, mesmo sendo o princípio dominante da diferenciação, torna-se um fenómeno marginal e pode ser convincentemente tratada como o mero ambiente do estrato ou classe de alguém. Tanto a pesquisa empírica como a crítica da estratificação, por causa das suas preocupações moralistas com a dominação, a exploração,

e uma assimetria geral na distribuição das oportunidades de vida, perderam de vista esta contribuição genuinamente positiva da diferenciação estratiforme. Assim, elas são incapazes de fazer uma descrição adequada das relações complexas entre estratificação e diferenciação funcional. Uma sociologia que se restringe a desigualdades manifestas apenas põe a descoberto a sua parcialidade e requer por sua vez uma crítica sociológica.

(2) O meu próximo exemplo diz também respeito à diferenciação da sociedade. Tem a dupla virtude de nos ajudar a atingir uma maior precisão analítica e de nos trazer de volta ao problema da auto-referência.

Falámos anteriormente da diferença entre sistemas e ambientes. Era uma simplificação algo grosseira que deve ser refinada. Em todos os sistemas diferenciados cada subsistema tem só três referências de sistema: a sua relação com o sistema circundante global, a sua relação com os outros subsistemas, e a sua relação consigo próprio. Este esquema tripartido permanece latente nas sociedades segmentárias uma vez que o princípio da igualdade define as três relações. Esta tríade de relações só se torna um problema com o aumento vincado da desigualdade (por exemplo, em sociedades letradas, com história escrita). Aqui serve, na forma de uma lógica *pars pro toto* de representação hierárquica, para orientar a classe superior.<sup>3</sup> Mas só numa sociedade funcionalmente diferenciada esta refe-

fundo  
a  
sistema  
so -

rência de sistema tripartida atinge uma forma que obriga a uma articulação escrupulosa das *diferenças* entre as três relações (bem como do alto grau de autonomia do sistema).

Dada a diferenciação funcional, cada subsistema (seja a política, a ciência, a economia, a família, a educação ou o direito) deve articular as suas três referências de sistema da seguinte forma: a sua relação com a sociedade como função institucionalizada; a sua relação com os subsistemas vizinhos como performance, recebido como *input* e produzido como *output*; e a sua relação consigo próprio como reflexão ou auto-reflexão. Eis um exemplo: o sistema científico preenche a sua função societal através da produção de *verdades partilháveis intersubjectivamente*, a sua *performance* para os outros subsistemas consiste em *pesquisa orientada para aplicação*; e reflecte sobre si na *teorização fundamental* e nas suas decisões para continuar ou cessar as suas tradições históricas. Nenhuma destas três referências de sistema pode ser reduzida às outras. Isto significa que nem a sua função na sociedade, nem as suas *performances input-output*, nem a auto-relação sobre a sua própria identidade, podem, isoladas, regular os processos selectivos dum subsistema. Consequentemente, um alto grau de autonomia dos subsistemas torna-se imperioso, uma vez que tais necessidades completamente heterogéneas só podem ser satisfeitas em domínios sociais separados.

3 r  
de  
sis

EX

aut-  
grau  
men  
aut

Isto é um esboço, se mo permitirem afirmar, dum programa de pesquisa pós-dialéctico. Não nos impele a seguir longas concatenações de negação após negação. Ao invés, pede para reconhecermos possibilidades combinatórias em relação a funções específicas, *performances* específicas, e diferentes tradições de auto-identificação. Podemos supor que os diferentes domínios funcionais têm oportunidades de desenvolvimento desiguais. Por exemplo, numa sociedade complexa, altamente diferenciada (na qual a ciência e a vida económica florescem obviamente) de forma alguma é garantido que se possam encontrar combinações satisfatórias de função, *performance*, e auto-reflexão na religião ou na arte. Assim, a evolução da sociedade tem consequências categoricamente «selectivas» em relação ao que se mantém possível nas suas fases posteriores.

(3) O nosso próximo assunto, a evolução socio-cultural, já foi introduzido. Seguindo o modelo teórico esboçado no início, a evolução não pode ser representada como a unidade de um «processo». Ou seja, não pode ser caracterizada como *physis*. Por outro lado, toda a evolução *pode* ser definida por referência à diferenciação bem sucedida entre mecanismos para variação, para selecção, e para estabilização. Estas diferentes funções devem ser ligadas a diferentes «veículos» e a sua colaboração deve ser regulada. Para explicar como isto é possí-

vel, temos que recorrer a conceitos e teorias que não se encontram na teoria geral da evolução.

No caso da evolução sociocultural, parece óbvio que deveríamos procurar teorias e conceitos suplementares na teoria dos sistemas e na teoria da comunicação. Por exemplo, parece plausível dizer que a *capacidade para variação evolutiva* é garantida porque a linguagem oferece sempre a opção de dizer «não». Podemos discordar ou dizer algo inesperado sem se tornar ininteligível. Podemos comunicar mensagens novas, surpreendentes e perturbadoras e, mesmo assim, ser compreendido.

Precisamente por esta razão, naturalmente, nem tudo o que dizemos tem «sucesso comunicativo». Nem todas as mensagens que emitimos são aceites pelos outros como premissas para o seu comportamento futuro. Assim, à medida que cresce a liberdade linguística para introduzir desvios e variações, também cresce a necessidade de desenvolver garantias para a aceitabilidade das escolhas ou selecções comunicadas. Isto é conseguido através de meios de comunicação simbolicamente generalizados, através de códigos particulares tal como a verdade, poder político e direito, propriedade e dinheiro, amor e arte, que fornecem regras institucionalizadas para determinar *quando* é que as tentativas de comunicação serão provavelmente bem sucedidas.

O sucesso comunicativo, contudo, é um mecanismo de *selecção evolutiva*. Com base naquilo a

evolução  
sociocultural  
e ca

Re

←

*Seleção da mensagem*

que comecei por chamar o problema central da teoria da comunicação — o problema da contingência irreprimível da aceitação/rejeição das mensagens comunicadas — desenvolveu-se uma diferenciação entre mecanismos evolutivos para variação e selecção, isto é, entre linguagem e meios de comunicação. Isto aconteceu após a descoberta da escrita (associada à emergência de altas culturas). As altas culturas são sempre baseadas numa consciência auto-reflexiva da contingência comunicativa. Quando se lê atentamente a história bíblica da Criação, encontramos um exemplo especialmente claro disto: num mundo que foi criado, a possibilidade de negação não pode ser deixada por criar (Burke 1961). Está implícita como uma possibilidade, e o possível tornar-se-á real ao longo do tempo.

Mas será que tudo se torna real? É isto precisamente o que a teoria da evolução nega. A selecção só é selecção quando pode simultaneamente «desrealizar» algo do que é possível. Além disso, acontece que em sociedades complexas e altamente diferenciadas a selecção comunicativa já não garante a estabilidade e a reproducibilidade das soluções dos problemas. A estabilização, então, requer um mecanismo especial: a formação de sistemas.

Não foi certamente por acaso que, a par com o desenvolvimento de uma ordem social cada vez mais complexa na Europa moderna, os problemas de estabilidade, manutenção e reprodução emergi-

ram. Acidentalmente, é característico que eles tenham sido pela primeira vez conceptualizados no contexto teológico da teoria da Criação, com especial referência ao problema da *creatio continua* (Blumenberg 1970). Da mesma forma, não foi por acaso que ao mesmo tempo se libertaram novos procedimentos selectivos, arriscados e, podemos dizê-lo, «anti-sociais»: a curiosidade tornou-se um motivo legítimo para alargar o conhecimento, o lucro tornou-se equivalente ao salário sem uma base contratual (isto é sem legitimação social), a raison d'état tornou-se uma máxima política, e o amor apaixonado tornou-se uma base suficiente para a escolha de um companheiro.

Só aqui se pode aludir às possibilidades de análise posterior na história das ideias ou na sociologia do conhecimento. Tal análise poderia talvez mostrar que as ideias dominantes da sociedade moderna (e de modo algum só o conceito de evolução) espelham uma estrita diferenciação entre os mecanismos para variação, selecção e estabilização. Não foi, portanto, por acaso que a noção de sistema (que antes tinha sido um rótulo quer para a organização de um livro, para hipóteses fundamentais, ou para um instrumento analítico de conhecimento) passou a designar a estrutura do próprio objecto.

Na  
sel  
C

Um  
sistema  
é

#### IV

Estas observações conduzem-me à parte concludente da minha exposição, e também de volta ao seu começo. Parece que as transformações evolutivas fundamentais da sociedade são sempre acompanhadas por uma «consciência» que as regista e avalia. Tal foi o caso da emergência da *polis* grega. Foi repetido a nível do Estado durante os séculos XII e XIII. A transição para a sociedade burguesa moderna nos séculos XVIII e XIX é outro caso; foi uma mudança histórica que trouxe todas as estruturas sociais para um nível mais alto de «selectividade». Quer dizer, estas estruturas começaram a aparecer simultaneamente como objectos e princípios de escolha. Por conseguinte, quase nenhum conceito manteve o seu antigo significado ou conteúdo intacto.<sup>4</sup> Mas porque é que a sociedade burguesa desenvolveu, tal como a sua consciência acompanhante, uma teoria reflexiva e auto-refe-

*ggs*  
rencial que concordantemente se reflectia no seu próprio estatuto como teoria? Há razões sociologicamente convincentes para isto? E devemos, como sociólogos, fazer uma paragem diante do mero *facto* de que há uma correlação entre as estruturas sociais e as formas teóricas? Não deveria uma teoria auto-referencial ser requerida a fazer mais e ser capaz disso? Não poderá ela, através da flexibilidade das suas opções teóricas, explicar porque é que uma teoria ofereceu verdades contingentes, e porque teve assim que desenvolver um alicerce auto-referencial?

No meu entender a resposta a estas questões deve referir-se ao estilo de racionalidade característico da sociedade moderna. O tipo de racionalidade que tenho em consideração já não permite ser rigidamente ligado a um ponto fixo qualquer ou ser dirigida a fins preestabelecidos. Convertendo numa fórmula: a racionalidade deve agora ser capaz de combinar um alto grau de *acaso* com um alto grau de *especificação* (cf. Claessens 1965). Isto requer uma tematização da importância estrutural do tempo nos principais sectores onde se possa comunicar reflexivamente sobre a nossa própria comunicação (cf. Krippendorf 1969, maxime p. 110). Os métodos ou procedimentos cognitivos adequados a estas experiências serão reflexivos num triplo sentido. A experiência adequada com teorias auto-referenciais será reconhecida como necessária, e deve por

sua vez tornar-se objecto de consideração teórica e metodológica.

Ultimamente tem-se falado muito sobre «sociologia reflexiva». Sobretudo na Alemanha, parecem proliferar infinitamente frívolas combinações de palavras com o prefixo «auto» (por exemplo auto-apresentação, autotematização, auto-referência, auto-selecção, auto-estigmatização). Apesar de tudo, não creio que o problema tenha sido bem colocado, e muito menos resolvido. Por um lado, os sociólogos apaixonados pela ciência obstinaram-se a uma rejeição incompreensiva, porque já não vêem os fundamentos — fornecidos precisamente pela teoria da ciência — para aceitar estruturas auto-referenciais, por outro lado a epidemia marxista continua a espalhar-se — isto é, a falsa inferência da negação auto-referencial para a avaliação negativa na análise do capital. Isto provoca «mudanças de direcção» precipitadas e uma crítica dirigida à «elite de reflexão» intelectual de esquerda. Estes são julgados com base no seu comportamento e suas consequências — um procedimento que interrompe a ligação com a tradição dos problemas auto-referenciais. Neste caso, podemos dizer que os conservadores não tiveram um comportamento suficientemente conservador. Dada esta situação não é surpresa que não seja possível desenvolver-se uma política inteligente que possa dar-nos uma conceptualização politicamente útil da questão central: devemos dar continuidade às mu-

So  
fu  
mf  
er  
a  
no  
m

danças estruturais realizadas pela sociedade burguesa?

Em contraste com isto, podemos facilmente mostrar que várias teorias proeminentes na sociologia contemporânea são, contudo, construídas com base na auto-implicação. Se seguirmos esta sugestão encontramos três abordagens diferentes: teoria dos sistemas, teoria evolucionista, teoria da comunicação. Não podemos reduzir estas três abordagens a uma só. Seja como for, eu não consegui fazê-lo, mesmo com muito esforço. Por outro lado, estas abordagens não estão colocadas lado a lado, desligadas umas das outras como ilhas de teoria num oceano pluralístico de ciência social. Pressupõem-se umas às outras. Seja qual for o ângulo com que se comece, a construção de uma teoria de sociedade acaba por exigir a introdução dos outros.

Esta teoria não define quaisquer premissas à maneira de a priori.<sup>5</sup> Pelo contrário, começa só com experiências de construção de teorias no passado, diferentes estratégias para preparar o seu material, e assim por diante. Por conseguinte, não pode existir a garantia absoluta de que precisamente este conceito ou aquela combinação de teorias auto-referenciais ofereça o melhor ponto de partida possível para a compreensão da nossa sociedade. De facto, podemos prescindir de tal certeza fundamentalista. Aprendemos (e isso é considerado legítimo) a introduzir todas as premissas iniciais como hipóteses. É evidente que são frequentemente cria-

das hipóteses de diversão como medida de segurança, libertando o investigador da preocupação com justificações. Contudo, o pensamento hipotético significa essencialmente que a ciência, como um empreendimento especializado na aprendizagem cognitiva, não pode aceitar restrições na sua capacidade de aprender. Na verdade, este é o mais alto princípio de toda a ciência: não aceitar restrições à sua capacidade de apreender! Nem que todas as restrições tomem a forma de verdades! A forma teórica da teoria auto-referencial conforma-se precisamente a esta injunção.

Inicialmente, claro, as teorias auto-referenciais estão lógicas e empiricamente desprovidas de conteúdo. A aprendizagem, contudo, requer uma limitação daquilo que é possível. Mas podemos aprender com base em restrições e simultaneamente postular uma capacidade não restringida de aprender? Podemos comer o bolo e continuar a tê-lo? Pode a ciência progredir como a economia? Pode, enquanto renuncia à liquidez por bem do investimento, ainda aumentar a riqueza, quando a riqueza apenas consiste na possibilidade de troca de bens? É possível vencer a escassez? Haverá possibilidades ilimitadas que podem ainda tornar-se praticáveis?

As considerações que vos apresentei não procuram uma resposta num processamento de negações puramente «reflexivo», nem certamente em totalizações místicas. Antes seguem a sugestão de traba-

lhar com uma *pluralidade* de propostas de investigação *auto-referenciais*, e de tentar ligá-las numa teoria coerente. Duma forma muito mais inclusiva do que o que era previamente possível na tradição filosófica, podem agora ligar-se problemas muito gerais sobre as relações formais a experiências de investigação preexistentes e conceptualmente codificadas. O aparelho conceptual e técnico necessário para esta tarefa é bastante extenso e o curso da argumentação não é linear nem circular mas antes labirintico. Isto corresponde à intenção de produzir verdades contingentes (não-necessárias)<sup>6</sup>. Na própria teoria surge, através deste procedimento combinatório, um excesso de possibilidades para abstracção. Não há um princípio sem pressuposições nem um fim reconhecível. Tal teoria limitar-se-á a si própria ou eliminará os seus excessos de possibilidades analíticas fixando-se às interdependências internas do domínio que é seu objecto. Contudo, emergem simultaneamente perspectivas oblíquas e novas possibilidades de abstracção que transformam o que já foi «pensado», de volta ao estado inicial. Tudo isto é muito difícil de apresentar com meios clássicos, por exemplo na forma de livro. Mas em relação a uma questão central eu estou, apesar de todas estas dificuldades, relativamente optimista: existem contextos teóricos onde pode ser possível aprender sem renunciar à capacidade de aprender.

<sup>1</sup> A ideia de «dupla contingência» é elucidada em Parsons e Shils (1951a, p. 16).

<sup>2</sup> Para a discussão de alguns dos defeitos desta concepção parsoniana, ver Smith (1973).

<sup>3</sup> Ver, como uma construção paralela em teologia, Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I p. 65 a. 2: «... o universo inteiro consiste em todas as criaturas, tal como um todo consiste em partes... assim, portanto, também nas partes do universo toda a criatura existe em função do seu agir próprio e da sua perfeição; e as menos nobres existem para as mais nobres, tal como as criaturas menos nobres que o homem existem em função do homem; e qualquer simples criatura existe para a perfeição do universo. Além disso, a totalidade do universo, com todas as suas partes individuais, está ordenada em Deus que lhe serve de finalidade, na medida em que imita a bondade divina, para a glória de Deus...». Aqui as relações são interpretadas como propósitos (isto é, como estreitamente associadas com a acção), enquanto as relações entre subsistemas são construídas como hierarquias ao serviço de «o outro» (Deus). A auto-referência incorpora o nível mais baixo e a *imitatio* da bondade de Deus impede que a auto-reflexão do todo seja posta em questão.

<sup>4</sup> Um inventário abrangente dessa transformação conceptual foi intentada no dicionário histórico dirigido por Brunner, et al (1972).

<sup>5</sup> Qualquer tentativa de ultrapassar o relativismo teórico através de premissas *a priori* poderá levar a empregar técnicas de generalização bem problemáticas. Podemos estudar tal desenvolvimento, por exemplo, na teoria de Parsons. Para uma análise crítica de

Parsons, ver Bershady (1973). Todavia, a renúncia a tais técnicas de generalização implica o abandono da traduzibilidade de todas as outras linguagens teóricas na nossa. De facto, tal renúncia pode ser justificada pela distinção entre linguagem quotidiana e os vários *media* de comunicação. A traduzibilidade é um requisito estrutural da linguagem, mas não é um requisito do *medium* de comunicação «Verdade».

<sup>4</sup>Sobre este ponto ver Leibniz (1903, p. 408): «O que é verdadeiro é, ou necessariamente verdadeiro ou contingentemente verdadeiro. O que é necessariamente verdadeiro pode ser conhecido através de séries finitas de substituições ou através da coincidência de comensuráveis. As verdades contingentes podem ser conhecidas através de séries infinitas de substituições ou através de coincidência de incomensuráveis.» A comensurabilidade, diga-se a propósito, é equivalente à traduzibilidade da teoria da linguagem. Quem quiser desenvolver essa traduzibilidade no sentido de Parsons, tem de renunciar ao conhecimento de verdades contingentes e tem, por isso, de abjurar qualquer teoria da evolução.

Lehr  
11-02-04  
To UP

# Niklas Luhmann

## A improbabilidade da comunicação

Seleção e apresentação  
de  
João Pissarra

Autor: *Niklas Luhmann*

Título: *A Improbabilidade da Comunicação*

Tradução: *Anabela Carvalho*

Seleção e apresentação: *João Pissarra*

Capa: *Paulo Scavullo*

Imagem da capa: *A Bigger Splash, 1967 — David Hockney*

Director de Coleção: *José A. Bragança de Miranda*


© Vega Limitada (1992)

Fotocomposição: *CA - Artes Gráficas*

ISBN: 972-699-349-0

Depósito legal n.º 82975/93

Impressão e acabamento:

 — Telef. 9377623 9388918



vega

Passagens